

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST Instituto Água e Terra

18.698.662-8

300676

17/07/2028

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 18.698.662-8, concede LI - Licença de Instalação nas condições e restrições abaixo especificadas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR Nome/Razão Socia 77.890.846/0051-38 COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL Logradouro e Númer PC NOVA PATRIA, S/N, SALA: 2; Município / UF CEP

Guarapuava/PR 85.139-400 Colônia Vitória - Entre Rios

2 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CPF / CNPJ

Razão Social Porte 77.890.846/0051-38 COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL Grande

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Geração Hidrelétrica

Atividade Específica

Pequena Central Hidrelétrica - PCH

Detalhes da Atividade

pch são jerônimo - 15,5 mw

. Coordenadas UTM(E-N)

452743.0 - 7165380.6 Praça Nova Pátria, S/N, Sala 2

Bacia Hidrográfica Município / UF CEP

Entre Rios - Colônia Vitória Guarapuava/PR 85 139-400 Iguaçu

## 3 - CARACTERIZAÇÃO HIDRELÉTRICA

Dados Hidrológicos Corpo Hídrico

Rio São Jerônimo Vazão Assegurada (m3/s)

Comprimento do TVR (m) Vazão Sanitária (m³/s) Vazão Q7, 10 (m3/s) ento Máximo (m³/s) Nº Portaria Outorga 8.35 22520.00 4516/2019 0.27 Dados do Lago Área do Reservatório (ha) Área da Calha do Rio (ha) Área de Alagamento (ha) Tempo de Residência da Água (h)

18.09 2.18 24:00 Cota Máxima Maximorum (m) Regime de Operação ne Útil (m³/s) Cota Mínima de Operação (m) A Fio D Água 1170.40 null null

Tipo de Barramento Comprimento (m) Altura (m) Barragem de terra com núcleo de argila 120.00 10.00

Sistema Adutor

Canal	Túnel	Conduto Forçado
Comprimento (m)	Comprimento (m)	Comprimento (m)
3173.00	2885.00	300.00
Largura (m)	Largura (m)	Diâmetro (m)
6.00	3.80	2.00
Profundidade (m)	Altura (m)	N° Unidades
2.50	4.20	1

4 - MUNICÍPIOS AFETADOS

Margem Corpo Hídrico Município Guarapuava Margem Direita Pinhão Margem Esquerda I ocal da Casa de Força Guarapuava

Obs.: As informações das seções acima são de responsabilidade do requerente

## 5 - CONDICIONANTES

## 1. DADOS DO EMPREENDIMENTO:

Pequena Central Hidrelétrica - PCH São Jerônimo.

Rio São Jeronimo, Bacia Paraná 06, Sub-bacia 65

Coordenadas Geográficas do Barramento: 25º39'25,25'S e 51º26'40,98'O.

Coordenadas Geográficas do Barramento Auxiliar: 25º40'12.92'S e 51º26'57.14'O. Coordenadas da Geográficas da Casa de Força: 25°37'44.33'S e 51°28'17.09'O.

Barramento: Composto pelo barramento principal possuindo 410,00 m de extensão total, a altura máxima de 9,40 m a ser instalado no rio São Jerônimo. E pelo barramento auxiliar, possuindo 195,00 m de extensão total, a altura máxima de 8,40 m a ser instalado no rio Boi Carreiro.

Reservatório: reservatório principal com 18,01 ha e reservatório auxiliar com 0,08 ha.

2. Nível de água normal de montante (barramento auxiliar): 1170,00 m

Nível de água normal de jusante (barramento auxiliar): 1.169,50 m.

Nível de água normal de montante (barramento principal): 1168,00 m.

Nível de água de jusante: 953,90 m.

Canal adutor: O canal adutor entre a barragem auxiliar e o reservatório principal possuirá 1500 m de comprimento. Para o canal na barragem principal, o eixo mais a jusante será escavado em rocha e solo com 1173,00 m de comprimento e também por túnel de seção arco retângulo de 3,8 m largura e 4,2 m de altura possuindo 2885,00 m de

Conduto Forçado: Com extensão total de 367,50 m e diâmetro de 2,00 m.

Casa de Força: Três unidades geradoras equipadas com Turbinas Francis simples com eixo horizontal.

Canal de Fuga: 400,00 m.

Vazão remanescente (barramento auxiliar): 0,04 m³/s.

Vazão remanescente (barramento principal): 0,27 m³/s.

Potência instalada: 15.50 MW.

- 3. A presente Licença de Instalação foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso II da Resolução Nº 237/97 CONAMA, 3º, Inciso IV da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020 e Art. 7º e autoriza o início das obras relacionadas ao empreendimento e atividade, devendo ser observados, rigorosamente, durante a sua instalação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fase anterior do licenciamento ambiental a que foram submetidos.
- 4. Cumprir, implementar e executar todos os programas e recomendações exaradas nos Estudos (EIA e PBA), mantendo-os num mínimo de cinco anos com

orçamento compatível à sua execução, à exceção daqueles definidos com prazo superior.

- 5. Deverá ser mantida a apresentação, ao Instituto Água e Terra, de relatórios de todos os Programas e Subprogramas no EIA/PBA e outros a serem estabelecidos, com manifestações conclusivas sobre os dados apresentados, em periodicidade conforme cronograma apresentado. Aqueles que não estiverem definidos o prazo de entrega deverão ser enviados trimestralmente.
- 6. Durante o período da LI deverá ser dada continuidade ao monitoramento de fauna inicial (pré-monitoramento), com campanhas sazonais, durante todo o período de instalação do empreendimento.
- 7. Deverá ser apresentada a outorga de direito de recursos hídricos, emitida pelo Instituto Água e Terra, quando da solicitação de Autorização Ambiental para enchimento do reservatório, quando houver, e testes de comissionamento.
- 8. Não poderão ser localizados pátios de depósito de lenha ou toras dentro das áreas de preservação permanente e/ou das áreas destinadas à alagamento/inundação.
- 9. Os resíduos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, com a finalidade de evitar danos ambientais, devem ser convenientemente armazenados no próprio local e encaminhados a terceiros para destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados para a realização dos referidos serviços.
- 10. As intervenções nas áreas de preservação permanente deverão estar restritas ao mínimo necessário para a implantação e operação do empreendimento, não devendo ser afetada por áreas de empréstimo ou bota-fora, pátio de madeira ou outras estruturas temporárias como canteiros de obras e áreas de manobras.
- 11. As ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos ou atividades necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico para a parte ampliada ou alterada, adotados os mesmos critérios do licenciamento, conforme estabelecido pela Resolução CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2020.
- 12. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 Artigo 7°, § 2°.
- 13. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos reguladores.
- 14. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
- 15. Todos os programas e projetos apresentados que deverão ser executados referentes às condicionantes desta Licença Ambiental deverão ter as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ART, ou equivalente, devidamente recolhidas e anexadas aos respectivos projetos.
- 16. Apresentar com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do início das obras, o cronograma financeiro para cumprimento dos programas, subprogramas e planos previstos no RDPA/PBA, e o layout das estruturas do canteiro de obras, dando ênfase naquelas destinadas à gestão ambiental do empreendimento, bem como apresentando os parâmetros utilizados para os seus dimensionamentos.
- 17. Qualquer área de bota-fora de terra ou material rochoso deverá estar localizada em área livre de cobertura florestal nativa, e de acordo com o projeto proposto.
- 18. Esta Licença foi concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- 19. Os critérios adotados poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- 20. Deverá ser recolhida a reposição florestal equivalente ao volume proveniente da supressão florestal para implantação do empreendimento conforme Lei Estadual nº 11054/1995 e Decreto Estadual nº 1940/1996, com a respectiva comprovação até antes da solicitação de Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório e Testes de Comissionamento.
- 21. Dar continuidade as tratativas para assinatura do Termo de Compromisso para medidas compensatórias aos impactos ambientais previstos para a implantação do empreendimento, conforme disposto na Lei Federal nº 9.985/2000, conforme protocolo nº 18.417.721-8.
- 22. Dar continuidade as tratativas para assinatura do Termo de Compromisso referente ao atendimento do artigo 17º da Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e Resolução SEMA nº 03/2019, conforme protocolo nº 18.417.733-1, até quando da solicitação de Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório, Canal de Adução e Testes de Comissionamento.
- 23. Deverá ser encaminhado a este Instituto o comprovante de entrega/protocolo do PAE na ANEEL e Defesa Civil responsável pelos municípios afetados.
- 24. Efetuar o registro fotográfico e de imagens de toda a área do empreendimento antes do início da obra. Tal procedimento deverá ser repetido a cada 5 anos, até o término da concessão, visando o registro histórico do empreendimento.
- 25. Implantar o projeto de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente APP apresentando, para faixa de, no mínimo, 44 metros ao redor do reservatório auxiliar e 57 metros ao redor do reservatório principal, contemplando o isolamento da área.
- 26. A faixa de APP nas áreas de propriedade e/ou responsabilidade do empreendedor, ao longo dos trechos de vazão reduzida a serem formados, deverá ser reflorestada de maneira a minimizar os impactos sobre o ecossistema lótico causado pela redução da vazão bem como prevenir a formação de processos erosivos nas margens, conforme estabelecido na Lei Federal 12.651/2012.
- 27. Deverá efetuar a realocação das áreas de Reserva Legal averbadas nas matrículas dos imóveis atingidos pela implantação do empreendimento. Quando aplicável, atualizar as respectivas informações de realocação de Reserva Legal e aderir ao Programa de Regularização Ambiental PRA, no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural SICAR, conforme Lei Federal nº 12651/12 e Decreto Federal nº 7.830/12, com protocolo específico para tal, até quando da solicitação de Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório e Testes de Comissionamento.
- 28. A supressão vegetal só poderá ocorrer mediante aprovação do plano de trabalho de resgate de fauna, com protocolo específico para tal, conforme Portaria IAT nº 51 de 2023 e Instrução Normativa IAT nº 02 de 2023, devendo incluir atividades de monitoramento de fauna resgatada/realocada.
- 29. Na execução de Autorização Florestal deve ser dada destinação correta e imediata da matéria prima florestal, tanto a comercial como aquela que não tem valor econômico devendo estar concluída antes da solicitação da autorização ambiental para enchimento do reservatório e testes de comissionamento.
- 30. Conforme elencado no Parecer Técnico DQA nº 68/2023, deverá ser realizado, na área do reservatório, o monitoramento de fitoplâncton, zooplâncton, clorofila a, macrófitas e macroinvertebrados
- 31. Deverá ser mantida a vazão remanescente de 0,04 m3/s, de garantia para o trecho a jusante do barramento auxiliar.
- 32. Deverá ser mantida vazão remanescente de 0,27 m3/s, de garantia para o trecho a jusante do barramento principal.
- 33. O licenciamento ambiental do projeto da linha de transmissão/distribuição de energia da PCH São Jerônimo deverá ser requerido nos moldes da Resolução SEDEST nº 013/2021, com protocolo específico.
- 34. O empreendedor deverá atualizar, em até 60 (sessenta) dias, a página na internet do empreendimento (https://www.agraria.com.br/pchsj/), com as informações da PCH São Jerônimo, tais como, estudos, relatórios, licenças ambientais, entre outros produzidos até o momento.
- 35. O empreendedor deverá manter a página na internet com o nome do empreendimento (https://www.agraria.com.br/pchsj/), na qual contém informações da

PCH São Jerônimo, tais como, estudos, relatórios, licenças ambientais, entre outros, responsabilizando-se em manter atualizadas as informações e disponíveis para acesso público.

- 36. Deverá ser providenciada a implantação de mecanismos de proteção junto aos canais de adução/fuga de forma a evitar quedas acidentais de pessoas ou de espécimes de fauna com a implantação de mecanismos que permitam a saída de animais que eventualmente neles caiam, bem como a implantação de mecanismos de transposição dos canais para assegurar fluxo gênico.
- 37. Adotar mecanismos para lavagem de caminhões betoneiras dentro do empreendimento.
- 38. Implementar mecanismos visando assegurar o livre acesso de pessoas, máquinas e implementos/equipamentos entre os dois lados dos canais de adução.
- 39. Este empreendimento dependerá de Autorização para Enchimento do Reservatório e Testes de Comissionamento conforme Resolução SEDEST nº 09/2021
- 40. Esta Licença de Instalação foi emitida para PCH com potência de 15,50 MW.
- 41. A presente Licença Ambiental de Instalação poderá ser suspensa ou cancelada, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, conforme disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA nº 237/97.
- 42. O empreendedor poderá contestar em até 30 (trinta) dias, a partir da emissão desta licença, as condicionantes acima relacionadas, conforme parágrafo 2º do art. 62º da resolução CEMA 107/2020.

•						
EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO
EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO	EM BRANCO
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		EM BRANCO	
			EM BRANCO		<b>EM BRANCO</b>	
			EM BRANCO		<b>EM BRANCO</b>	
			EM BRANCO		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
			<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
Curitiba 17 de Julho de 2023				Accinatura do Ponrocontanto	_	

Curitiba, 17 de Julho de 2023

Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante

JOSE VOLNEI BISOGNIN
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamentos Especiais